

A RELAÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: APONTAMENTOS INICIAIS

Eliene Moraes Almeida¹

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC

Emilia Peixoto Vieira²

Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar a relação do público e do privado na Educação Infantil, para compreender como tem sido a inserção de grupos empresariais neste nível, em âmbito nacional e na região Sul da Bahia. Este trabalho está aliado a pesquisa mais ampla “Gestão Escolar e o trabalho docente na Educação Infantil no Sul da Bahia: desafios e perspectivas” visando analisar as mudanças ocorridas na gestão escolar e no trabalho dos docentes da educação infantil das redes públicas municipais do sul da Bahia, no contexto de reformas educacionais implementadas a partir dos anos de 1990. Realizamos pesquisa bibliográfica e revisão de literatura em artigos publicados em periódicos da educação e autores que pesquisam o tema, buscando identificar os conceitos relacionados. A análise foi feita a partir dos resumos dos artigos, identificando em seus conteúdos a temática, questão problema, referencial teórico, metodologia, palavras-chave e os resultados, cotejando com as categorias de análise: educação infantil, relação público e privado e direito a educação. Os resultados demonstram duas direções: no levantamento, a grande massa dos artigos tratava de formação de professores, didática e das Políticas Públicas para Inclusão, que demonstra grande interesse dos pesquisadores quanto à qualidade do ensino da primeira etapa da educação básica. A outra direção, pouco volume das discussões políticas voltadas a analisar a influência do mercado na educação das crianças pequenas, principalmente nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, pois a discussão sobre o tema começa a ganhar força somente em meados do período de 2015 a 2017.

Palavras chave: educação infantil; relação público e privado; direito a educação

¹ Discente do curso de pedagogia, na Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, membra do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional/PPeGE, bolsista de Iniciação Científica – FAPESB. E-mail: elienemorais@gmail.com.

² Docente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e do Mestrado Profissional em Educação (UESC), do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional/PPeGE e Coordenadora do Projeto Extensão Fortalecimento e Articulação da Educação Infantil/FAEI/DCIE/UESC. emailcarl28@hotmail.com

Introdução

Este artigo apresenta parte do estudo realizado sobre a relação do público e do privado na Educação Infantil, para compreender como tem sido a inserção de grupos empresariais na Educação Infantil, em nível nacional e na região Sul da Bahia. Nesta etapa da pesquisa, o objetivo foi identificar, a partir de uma revisão de literatura, publicações existentes sobre o assunto e, também, autores e conceitos relacionados ao tema, no contexto de políticas neoliberais que nos últimos anos têm ganhado espaço em todo mundo, influenciando as políticas públicas de educação implementadas no Brasil, na sua maneira de implementar, fiscalizar e avaliar os espaços públicos.

É importante salientar, como cita (PERONI, 1997, p.19), que para se realizar essa análise, é necessário observar um “duplo movimento de mudanças”, em que, com a inserção do privado na escola pública, o Estado redefine o seu papel e as políticas educacionais.

Por Políticas Educacionais (PERONI, 1997, p.20) conclui que a educação “é a parte da materialização do Estado, que por sua vez, é parte do movimento histórico em um período particular do capitalismo” logo, “o Estado, não é entendido como uma abstração; é construído por sujeitos individuais e coletivos em um processo histórico de correlação de forças” (PERONI, 1997, p.20), em busca de estabelecer, por meio de emissão de política social, certo equilíbrio entre os sujeitos.

A redefinição do papel do Estado é explicada a partir do mercado como um parâmetro para conter a crise do Estado, pois a classe dominante quer fazer enxergar que o capitalismo não é problema central, mas a administração pública (Estado). Portanto, para conter a crise, deve-se observar o que dá resultado, nesse caso, o mercado. Este será usado para superar as falhas do Estado, e a privatização torna uma estratégia necessária. (PERONI, 2013).

Com a redefinição do papel do Estado, o mesmo passa a ter um papel principal de promotor/empreendedor ao invés de provedor de bens e serviços sociais (ADRIÃO, 2008). Com isso, no caso brasileiro, o governo federal passa a se colocar como um agente externo das políticas educacionais, num processo de ‘descentralização-centralização’, como publicado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB nº 9.394/96, em que o governo federal passa a ter um papel regulatório, ou seja, “sai de cena o Estado-executor, assumindo seu lugar de Estado-regulador e o Estado-avaliador” (GUIMARÃES, 1997, p. 9 apud BONOMINO, 2003, p. 264).

O pensamento do neoliberalismo, no que diz respeito ao mercado ser usado como parâmetro, tem por base o discurso ideológico da crise e do fracasso da escola pública, aliada a incapacidade administrativa e financeira do Estado, por isso, deve-se pensar numa escola, onde as leis de mercado a dirijam. O Estado assume, portanto, um papel secundário, se desobrigando gradativamente da educação pública. (LIBÂNEO, OLIVEIRA, TOSCHI 2012, p. 102 e 103)

Para vários autores, o movimento de relação público e privado, que se baseia na privatização do setor público, tem sua origem em 1990, em dois movimentos distintos, o movimento de luta pela redemocratização do ensino e os empresários que influenciavam a agenda educacional brasileira, a partir do Movimento Todos pela Educação. O discurso central deste último grupo pauta-se em “uma educação para todos e todos pela educação”, com objetivo central: a melhoria da qualidade da educação, a ampliação da jornada escolar, universalização do atendimento e propostas de avaliação a longa escala (PERONI (2013); PIRES (2013); BITTENCOURT (2013), BERNARDI, CARMELATO (2013) e CAETANO (2013)). Veja que o discurso “uma educação para todos e todos pela educação” manifesta em propor uma educação nos moldes desse grupo, o que retira o papel central do Estado como o principal condutor da política educacional, destacando que a responsabilidade pela educação é de toda a sociedade brasileira, inclusive as empresas.

O movimento de relação público e privado no Brasil inicia-se no governo do presidente Collor de Melo, após na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, promovido pela UNESCO, estabelecer prioridades para a educação dos países de Terceiro Mundo, sendo umas das principais, a universalização do ensino fundamental e o combate ao analfabetismo (LIBÂNEO, 2012 OLIVEIRA, 2012 TOSCHI 2012, p. 36), a melhoria da qualidade da educação, a ampliação da jornada escolar e propostas de avaliação a longa escala. (PERONI, 2013; PIRES, 2013; BITTENCOURT 2013, BERNARDI, CARMELATO, 2013 e CAETANO, 2013).

Com o afastamento de Collor, assume Itamar Franco (1993), onde condensa o Programa Educacional, no documento de Plano Decenal de Educação para Todos. O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) estabeleceu outros objetivos centrais, não dando continuidade ao Plano Decenal de Educação para Todos, mas dentro de uma ideologia neoliberal mais aprofundada, e seguindo às orientações dos organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. (PERONI, 2013)

Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 – 1999-2002) concentra-se, no seu primeiro e segundo mandato, na aprovação da LDB 9.394/96, que se caracteriza na descentralização do financiamento das verbas federais, na elaboração de um currículo básico nacional, na educação a distância, a avaliação das escolas, o incentivo a formação de professores e os parâmetros de controle e qualidade da educação. (LIBÂNEO, 2012 OLIVEIRA, 2012 TOSCHI 2012)

No segundo mandato do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2011), em 2007, o governo assume as propostas do Movimento todos pela Educação, e cria o Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE

Que se constitui em uma política implementada pelo governo Lula, até o governo Dilma Rousseff, onde nas suas diretrizes já aparece a sugestão de parceria com o setor privado, numa clara manifestação de desobrigação do Estado e repasse da responsabilidade à Escola. (PERONI, 2013, p. 100)

Essa política materializa-se no Plano de Ações Articuladas (PAR), que é constituído com base em informações preliminares da realidade, em que no

Plano de educação que foi constituído de ações e subações de assistência técnica e financeira, tanto por parte do MEC quanto pelos entes federados. Nas alternativas oferecidas, aparece a indicação de estímulos a parcerias externas que, ao mesmo tempo em que oferece assistência a todos os entes federados, rompendo com políticas clientelistas e chegando onde antes o Estado nunca esteve, no apoio à educação básica, o conteúdo da proposta desresponsabiliza este próprio Estado como executor da política, transferindo a qualificação para as parcerias com entidades do setor privado, que se pautam pela lógica do mercado. (PERONI, 2013, p.100-101)

A partir do Plano de Ações Articuladas (PAR) cria-se então, o Guia de Tecnologias Educacionais, onde consta um arsenal de informações acerca de materiais pedagógicos elaborados por diversas instituições que são pré-qualificadas pelo Ministério da Educação e Cultura/MEC. (PERONI (2013); PIRES (2013); BITTENCOURT (2013), BERNARDI, CARMELATO (2013) e CAETANO (2013)).

Concomitante ao movimento do Plano de Ações Articuladas, algumas Organizações Não Governamentais/ONG's se manifestam no intuito de “solucionar” a educação com base em resultados preliminares de seus programas, como é o caso do Instituto Ayrton Senna (IAS). Há também uma forte influência de consultorias internacionais nas decisões das políticas educacionais, como é o caso da Mckinsey e Company, que influencia de forma

direta na decisão do governo, fortalecendo e perpetuando a relação de poder das elites nas decisões sobre assuntos de interesse social. (PERONI, 2013)

Com esse movimento político e econômico, na perspectiva de buscar parceria na iniciativa privada, há um comprometimento na forma como se pensa algumas questões relacionadas a administração escolar, desde a sua gestão até os materiais pedagógicos utilizados, influenciando na função social desta escola. (LIBÂNEO, 2012 OLIVEIRA, 2012 TOSCHI 2012)

No movimento de descentralização, estabelecido pela LDB 9.394/96 o Estado repassa para os municípios, a responsabilidade da Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais; às escolas de Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio aos estados, e à União conferem o processo e controle avaliativo do rendimento escolar de todos os níveis e instituições de ensino.

Com esse contexto, a política educacional brasileira, a partir dos anos 2000, começa a ser redesenhada tendo como base o contexto neoliberal de Estado mínimo (menos Estado, mais Mercado (HÖFLING, 2001), a alteração da LDB/1996 e da CF/1988, e a introdução de diversos documentos orientadores do Ministério da Educação/MEC aliado aos documentos e investidas do Movimento Todos pela Educação. Desse modo, o conteúdo da Constituição Federal Brasileira de 1988, expresso no Art. 208 - "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de IV- educação infantil, em creche-pré-escola, às crianças até 05 anos de idade" torna-se sem muito efeito, já que abre a perspectiva de buscar parceria na iniciativa privada.

O contexto, de relacionar o setor público com o setor privado na garantia desse dever do Estado, viabiliza um movimento de desarticulação da educação infantil, no ponto de vista das conquistas adquiridas no decorrer dos anos, fragilizando os movimentos democráticos e o caráter social, proposto a educação infantil. O governo federal, em se eximir da responsabilidade de financiar a educação infantil, deixando a critério dos municípios, abre-se uma manobra do Estado, de se colocar distante da responsabilidade de manter e garantir a educação infantil.

Diante do contexto apresentado, visamos analisar como se estabelece na atualidade a relação do público e privado na Educação Infantil, para compreender como tem sido a inserção de grupos empresariais na Educação Infantil, em nível nacional e na região Sul da Bahia. Neste artigo, apresentamos a primeira etapa da pesquisa, a aproximação da temática.

Metodologia

Para a aproximação ao tema “a relação entre o público e o privado na educação infantil”, foi realizado um levantamento nas revistas Qualis¹ A1, A2, B1 e B2, acessado no site da CAPES Periódicos, na Plataforma Sucupira, Classificação de Evento de Periódicos - Quadriênio (2013-2016), última classificação realizada de periódicos, para se identificar as revistas na área da Educação.

Após analisar as revistas nos quatro estratos mais elevados de avaliação CAPES, selecionamos algumas para busca de estudos sobre a temática pesquisada. Na Plataforma SciELO², bem como nas próprias revistas selecionadas, procuramos artigos a partir das palavras-chave: educação infantil; relação público e privado e direito a educação, no período de 2008 a 2018.

Devido a extensão e relevância de cada palavra chave, no primeiro momento, foram lidos 53 resumos de cada artigo e, posteriormente, analisados aqueles que apresentassem os seguintes descritores: democratização da educação e gestão pública. A necessidade de situar os resumos a estes novos descritores se deu pela extensão das publicações relacionadas a outras áreas da educação. A seleção das revistas foi feita pelas que apresentassem debates sobre as políticas públicas nacionais referentes ao financiamento e gestão da educação. As revistas de cunho didático, psicopedagógico e de outras áreas das políticas educacionais, como por exemplo, leis de inclusão foram descartadas.

Foram selecionadas 04 revistas em cada estrato *Qualis* A1, A2, B1 e B2, tendo como critério, a análise das diferentes regiões do Brasil, para obter um olhar mais amplo da realidade do tema, nas mais diversas regiões brasileiras.

Nossa escolha teve como referência que nenhuma realidade acontece de forma isolada, antes, há um movimento de totalidade que influencia nas partes que estão relacionadas. Desse modo, consideramos os movimentos, as contradições e de que forma o

¹ O Qualis é um sistema de avaliação de periódicos, mantido pelo Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES, que utiliza de critérios de classificação da produção intelectual, nas mais diversas áreas do conhecimento. Os critérios estão pautados em números de artigos publicados por triênio, acessibilidade, entre outros fatores. A classificação é realizada mediante uma lista de estratos, sendo A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. A classificação A1, corresponde ao nível mais elevado, enquanto o C, ao nível mais baixo.

² A Scientific Electronic Library Online – SciELO é uma biblioteca *on line*, que reúne algumas coleções de periódicos brasileiro.

todo influencia as partes, assim como as partes o todo. A categoria central é a totalidade, ou seja, o quantitativo e o qualitativo juntos (GAMBOA, 2006).

Desse modo, a necessidade de estudar a educação infantil, explicando as relações entre educação e sociedade, entre a teoria e prática, ajudando a compreender as dinâmicas das contradições das formações sociais e da educação nela inserida. (GAMBOA, 2006).

O levantamento foi realizado durante 03 meses, janeiro, fevereiro e março de 2019. Para complementar o trabalho, também foi realizada uma busca no *site* do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais/GREPPE – UNICAMP, que estuda a relação do público e privado no âmbito nacional e internacional, buscando avaliar os textos produzidos no grupo em que estuda a relação desse movimento público e privado na gestão democrática, no financiamento e todas as consequências provocadas por essa relação.

Para melhor entendimento do trabalho realizado, foram elaboradas duas tabelas 1 e 2, nas quais apresentam o resultado do levantamento, como os nomes das revistas, a qualificação e a quantidade de artigos encontrados, em relação a cada palavra-chave.

Tabela 1- Resultado da análise por Revista área de Educação – CAPES, enquadradas pelos estratos indicativos de qualidade A1, A2, B1 e B2, conforme a avaliação quadrienal (2013-2016). Período analisado 2008-2018.

QUALIS	REVISTA	QUANTIDADE DE ARTIGO	EDUCAÇÃO INFANTIL ARTIGO	GESTÃO DEMOCRÁTICA/ DIREITO A EDUCAÇÃO ARTIGO	RELAÇÃO PÚBLICO E PRIVADO
A1	EDUCAÇÃO EM REVISTA	08	01	3	04
A1	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO	05	02	2	1
A1	EDUCAR EM REVISTA	00	00	00	00
A1	PROPOSIÇÕES	00	00	00	00
A2	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS	02	02	00	00
A2	REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO	03	00	02	01
A2	REVISTA DIÁLOGO	01	01	00	00

	EDUCACIONAL				
A2	REVISTA DE EDUCAÇÃO PÚBLICA	06	01	00	02
B1	REVISTA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE	03	01	00	02
B1	REVISTA PRÁXIS EDUCACIONAL	08*	00*	01*	07*
B1	REVISTA PRÁXIS PEDAGÓGICA	00	00	00	00
B1	REVISTA RETRATOS DA ESCOLA	05	00	01	04
B1	REVISTA TEMPOS ESPAÇOS EM EDUCAÇÃO	01	00	00	01
B2	REVISTA EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	01	00	00	01
TOTAL	14 REVISTAS	38 ARTIGOS	6 ARTIGOS	9*	23

Fonte: Revista área de Educação – CAPES, 2018.

Elaborado pelas pesquisadoras, a partir de dados da pesquisa (2018).

*Os artigos encontrados nessa revista, dizem respeito ao ano de 2019.

Tabela 2 – Resultado por Região área de Educação – CAPES, enquadradas pelos estratos indicativos de qualidade A1, A2, B1 e B2, conforme a avaliação quadrienal (2013-2016). Período analisado 2008-2018.

QUALIS	QUANTIDADE E TOTAL DE REVISTAS	QUANTIDADE DE ARTIGO	REGIÃO NORTE	REGIÃO NORDESTE	REGIÃO CENTRO-OESTE	REGIÃO SUDESTE	REGIÃO SUL
A1	4	12	0	0	0	4	0
A2	4	06	0	0	1	1	2
B1	5	16	1	2	0	2	0
B2	1	01	0	1	0	0	0
TOTAL	14	38	1	3	1	7	2

Fonte: Revista área de Educação – CAPES, 2018.

Elaborado pelas pesquisadoras, a partir de dados da pesquisa (2018).

A tabela 2 apresenta de forma objetiva o quantitativo das publicações por região e a quantidade total de artigos selecionados, sem discriminar os descritores especificamente.

Análises preliminares dos resultados

Pode-se observar na tabela 1 e 2 que há um crescente número de artigos produzidos nos últimos 10 anos sobre o tema da relação do público e privado na educação brasileira, principalmente, entre os anos de 2015 e 2018, visto ser estes os anos de maior volume de publicação do tema. Nesse período, o Brasil passa a assumir uma nova tendência política e econômica, retornando aos princípios das políticas neoliberais.

Em relação à educação infantil, o levantamento aponta para duas direções: no levantamento a grande massa dos artigos tratava de formação de professores, da didática e das Políticas Públicas para Inclusão, o que demonstra grande interesse e preocupação dos pesquisadores quanto à qualidade do ensino da primeira etapa da educação básica. A outra direção, pouco volume das discussões políticas voltadas a analisar a influência do mercado na educação das crianças pequenas, principalmente nas regiões norte, nordeste e centro-oeste, pois a discussão sobre o tema começa a ganhar força somente em meados do período de 2015 a 2017.

A maior parte das publicações concentra-se na região sudeste do país, seguido pela região sul. Uma das justificativas que pode ser observada pelo alto número dessas publicações, é o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Educacionais – GREPPE da UNICAMP, no estado de São Paulo. Este grupo teve grande influência nos últimos anos na pesquisa da relação do público e privado no Brasil e em âmbito internacional. Na região sul, notamos a presença do Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas Para Educação e Infância - GPPEI, da UFSC, localizada na região de Joinville, que possui uma trajetória recente (2014), tendo como eixo articulador investigações referentes às Políticas Públicas e as Práticas Educativas. Outra perspectiva que pode ser considerada é o fato do grande número de empresas que estão concentradas nessa região, ocasionando uma maior parceria destas, com as escolas locais.

A pesquisa em andamento pretende ainda, analisar de forma mais aprofundada os documentos legais em âmbito nacional e municipal, identificar as empresas e tipo de parceria estabelecida para a educação infantil e, principalmente, na região Sul da Bahia, *locus* desta pesquisa.

Ao identificar o tipo de parceria, analisaremos como é concebida a educação infantil por essas empresas, as ações desempenhadas, e tipos de atividades para instituições infantis. Dentro dessa análise pretende-se identificar, como questões importantes, a gestão da escola

pública, considerando as parcerias, a formação de professores, a relação com a comunidade e os materiais didáticos. É preciso entender a presença do meio empresarial no setor público.

Assim, para este artigo, ao analisarmos os resumos dos 38 artigos escolhidos para a pesquisa, identificamos que há um discurso de “modernização educativa e a qualidade do ensino” e que “o discurso de modernização e da qualidade de certa forma, impõe limites ao discurso da universalização, da ampliação quantitativa do ensino, pois traz ao debate o tema da eficiência” (LIBÂNEO, 2012 OLIVEIRA, 2012 TOSCHI 2012), que contradiz com o movimento de lutas e de ampliação proposto nos últimos anos pela sociedade civil, não apenas na universalização das vagas, mas do ensino com qualidade para a formação de “cidadãos partícipes da vida social, e não apenas na função de formar um trabalhador”. (LIBÂNEO, 2012 OLIVEIRA, 2012 TOSCHI 2012).

O papel principal deste trabalho é para além de identificar os tipos de parceria, é também identificarmos como é concretizada na escola, e sua função social, na educação infantil, em tempos de políticas neoliberais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9.394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei Federal de 05/10/1988. Brasília: Senado Federal, 2000.

GAMBOA, Sánchez Silvio. **Pesquisa em educação: Métodos e Epistemologias**. Campinas: 2006.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS**. In: Cadernos CEDES vol.21 nº.55 Campinas/SP. Nov. 2001.p.30-41.

LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA, João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, estruturas e organização**. 10ª. Ed, São Paulo: Cortez, 2012.

PERONI, V. M. V. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

PERONI, V. M. V. A democratização da educação em tempos de parcerias entre o público e o privado. Revista de Educação Pública – UFMT, v. 19, p. 215-227, 2010.

PERONI, Vera (Org.). **Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília, Líber Livro, 2013.